



## A morte editorializada: morrer, verbo intransitivo – discursos e referenciais sociais na imprensa brasileira

*Editorialized death: Die, intransitive verb – discourses and social referential in Brazilian press*

João Batista de Abreu <sup>a</sup>

**RESUMO:** O artigo analisa os critérios de noticiabilidade da veiculação de mortes, os efeitos de sentido da cobertura jornalística, o sensacionalismo, a invasão de privacidade e a conduta dos jornalistas nas rotinas de produção. O silêncio da mídia no caso de suicídio. Entendida como estigma por parte da imprensa hegemônica, a morte costuma merecer tratamento especial na narrativa jornalística.

**Palavras-chave:** Morte; Suicídio; Atentado Suicida; Celebridade; Mídia Hegemônica.

**ABSTRACT:** This paper analyzes criteria for newsworthiness in news of death, the effects of meaning in news coverage, as well as sensationalism, breach of privacy and journalists' behavior in news production routines. The silence of the news media in stories of suicide and its consequences. Deemed as a social stigma by some of the mainstream media in Brazil and neighboring countries, death still deserves a special treatment in narrative journalism.

**Keywords:** Death; Suicide; Suicide Attack; Celebrity; Mainstream Media.

---

<sup>a</sup> Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

\* Correspondência para/Correspondence to: João Batista de Abreu. E-mail: joabajr@uol.com.br.

Recebido em/Received: 21/06/2021; Aprovado em/Approved: 21/06/2021.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Os meios de comunicação sempre destacaram a morte no noticiário como algo episódico, finito, estanque. O jornalismo registra guerras, genocídio, tragédias, tsunamis, incêndios, chacina, linchamento, latrocínio, homicídio doloso, culposo ou passional, conflito armado entre quadrilhas, execuções, operações policiais que resultam em óbito de ambos os lados. Poucas vezes, no entanto, a morte é vista como um processo, o fio do tempo, o fim do novelo, a crônica de uma tragédia anunciada. A pandemia do novo coronavírus nos obriga a um novo olhar sobre as perdas em série e sobre os recursos de proteção de que cada sociedade dispõe para diminuir os efeitos. Neste contexto a necropolítica ganha destaque.

Em 15 meses de pandemia mais de 17,9 milhões de brasileiros foram infectados pelo novo coronavírus e 500 mil morreram<sup>1</sup>, 10 vezes mais que o número oficial de vítimas nos seis anos da Guerra do Paraguai (1864-1870). A gripe espanhola matou entre 40 mil e 50 mil pessoas no país em três anos (1918-1920). Na Segunda Guerra Mundial, 471 pracinhas e oficiais não voltaram da Itália. Desde março de 2020, a morte ocupa diariamente as manchetes do noticiário, com números, dados estatísticos e relatos pessoais. Todos os dias recebemos em casa o boletim com a evolução do número de óbitos. Expressões como “média móvel”, “curvas ascendente e descendente” e “platô” entraram para o cotidiano de espectadores e internautas. A morte virou o carro-chefe do jornalismo.

A paródia do subtítulo com a prosa de Mário de Andrade no romance *Amar, verbo intransitivo* talvez não se aplique a artigos acadêmicos, mas o desafio aqui é demonstrar que o ato de morrer se reveste de características jornalísticas, de acordo com as circunstâncias, a dimensão, as condições em que ocorrem e, sobretudo, a identidade do indivíduo. No jornalismo, são os complementos que indicam a importância do ato e do fato.

O empresário do mercado financeiro que cai do alto de um prédio luxuoso no centro da cidade, o acidente aéreo com 200 vítimas, a mulher que leva 28 facadas do marido ciumento, a morte repentina do cantor famoso; todas essas circunstâncias referenciam a notícia e a tornam dotada de valor-notícia incontestável. No entanto, a lei divina e a dos homens nos ensinam que todos os seres humanos devem ser considerados iguais. Portanto, a morte de um cidadão, independentemente de cor, sexo, idade, origem social e religião, deve ser percebida como uma perda semelhante a todas as outras. Mas na prática sabe-se que não é bem assim.

---

<sup>1</sup> O número refere-se ao período compreendido entre 12 de março de 2020, data do primeiro óbito confirmado pelo Ministério da Saúde no Brasil de uma vítima da covid 19 – uma mulher de 57 anos em São Paulo – e o dia 19 de junho de 2021, quando este artigo foi concluído. Fonte: Consórcio de Veículos de Imprensa. O número de óbitos no Brasil equivale à população dos municípios de Santos e São José do Rio Preto, em São Paulo, e Niterói e São João de Meriti, no Rio de Janeiro.

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/27/primeira-morte-por-coronavirus-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco-diz-ministerio-da-saude.ghtml>  
[https://www.google.com/search?q=numero+de+mortos+no+brasil+por+coronavirus&rlz=1C1GCEB\\_enBR885BR885&oq=numero+de+mortos+no+brasil+por+coronavirus&aqs=chrome..69j57joi13joi22i3oi457joi22i3o.18276joj15&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=numero+de+mortos+no+brasil+por+coronavirus&rlz=1C1GCEB_enBR885BR885&oq=numero+de+mortos+no+brasil+por+coronavirus&aqs=chrome..69j57joi13joi22i3oi457joi22i3o.18276joj15&sourceid=chrome&ie=UTF-8)

A morte editorializada obedece a uma lógica própria. Entendida como tabu por boa parte da imprensa brasileira e dos países vizinhos, costuma merecer tratamento diferenciado na narrativa jornalística. Ao longo dos séculos a sociedade tradicional, de forte influência católica, desenvolveu uma série de rituais e interdições. Os meios de comunicação alternam comportamentos distintos e narrativas extremas. Muitas vezes a mídia a trata com respeito e distanciamento, como nos obituários de pessoas ilustres; em outras ocasiões o sensacionalismo ultrapassa os limites do bom senso, invade a privacidade e a transforma em espetáculo circense.

Este trabalho pretende interpretar o discurso jornalístico que a mídia hegemônica, particularmente a mídia brasileira, produz nos casos de óbitos de cidadãos comuns e o das pessoas consideradas celebridades, e a aparente ideia de distanciamento emocional diante das sucessivas perdas de seres humanos durante a pandemia do novo coronavírus. Até que ponto questões de classe e prestígio influenciam a narrativa.

O artigo deseja investigar ainda o tratamento editorial dos atentados considerados suicidas, em que a morte do autor é entendida como banalidade, e os casos de suicídio propriamente ditos, que costumam ser silenciados sob o argumento de que a divulgação contribuiria para a repetição de atos semelhantes. O referencial teórico parte da análise de conteúdo, utilizando os conceitos de tempo, espaço e História.

O jornalismo trata a morte como algo episódico, que se encerra nele mesmo. O assunto ganha suítes apenas nos casos violentos ou suspeitos.<sup>2</sup> Aqui temos um processo dialético entre a morte jornalística e a da vida cotidiana, que tende a ser vista como processo. Assim, o atropelamento de uma criança no trânsito tende a merecer mais destaque do que o óbito diário de centenas de vítimas de desidratação e desnutrição. Mais do que um relato episódico, a perda em série de crianças anônimas por doenças causadas pela miséria se reduz a uma estatística.

Desse modo, poderíamos afirmar que a morte jornalística está na esfera do *hard news*, expressão que a mídia norte-americana cunhou para definir a notícia objetiva e finita, ao passo que os estudos de ciências humanas tendem a se concentrar na morte como processo, ou seja, as causas e conjunturas que conduzem à morte de uma cultura, sociedade ou um povo. No jornalismo, as matérias que têm abordagem mais profunda são chamadas de *features*.

Claro que o registro do atropelamento é mais do que válido e, se for consequência da falta de sinalização no local, a matéria deve alertar para essa carência. O crescimento de bairros cortando vias expressas nem sempre conta com passarelas para garantir segurança à travessia de pedestres.

Da mesma forma é de extremo mau gosto e frieza quando uma pessoa cai de um prédio em obras e o corpo permanece horas à espera do rabeção policial, o destaque

---

<sup>2</sup> No jargão jornalístico, suíte consiste nas matérias que vêm nos dias seguintes ao fato gerador da notícia.

é o engarrafamento provocado pelo suposto acidente. “Morreu na contramão atrapalhando o trânsito”, ironiza Chico Buarque de Hollanda. Deve-se sim criticar a demora da chegada da perícia ou do veículo de transporte. Entretanto, a prioridade ao engarrafamento é o que vemos quase todos os dias no noticiário, sobretudo das rádios. A morte anônima vira serviço de trânsito.

Vivemos no Brasil e em várias partes do mundo um período de banalização e conformismo com a morte, inclusive com aquela de origem violenta. Assim, os feminicídios, os abusos policiais na periferia, escamoteados por autos de resistência forjados, a guerra de facções na favela que põe em risco a vida de inocentes, incursões policiais com óbitos – seja de que lado for – na favela, agressões a mulheres vítimas de violência doméstica tendem a ser banalizadas por autoridades e parte da mídia. A morte nada mais é do que um espetáculo, como no Coliseu de Roma ou nas execuções em praça pública na Paris medieval. Parece que retrocedemos alguns séculos.

No final da década de 1970 e início dos anos 80, jornais ditos populares do Rio de Janeiro e de São Paulo estampavam na capa fotos de vítimas sem cabeça assassinadas nas periferias por grupos precursores das milícias. As vendas aumentaram e a edição macabra virou marca registrada deste tipo de imprensa, até que o comando da Polícia pediu a diretores de jornais que suspendessem tal expediente.

Os jornalistas que acompanham o mundo cão das grandes cidades da América Latina enfrentam desafio acessório. Aprender a lidar com esse cotidiano e simultaneamente não perder a indignação. Em agosto de 2019, a morte por atiradores de elite da Polícia Militar de um jovem de 19 anos que ameaçava os passageiros de um ônibus, na Ponte Rio-Niterói, foi comemorada pelo governador do Rio de Janeiro, ex-juiz federal, o mesmo que adotou como *slogan* “tiro na cabecinha” para o combate ao crime.<sup>3</sup> Mais tarde soube-se que o jovem, sem antecedentes policiais, portava um revólver de brinquedo. Nas redes sociais a produtora do RJTV Amanda Prado publicou o relato de inconformismo de uma jornalista que não perdeu a sensibilidade.

Conversei com uma professora do Willian, o sequestrador do ônibus na ponte Rio-Niterói. Parecia a voz calejada de uma das minhas velhas professoras do outro lado da linha, profundamente abalada e triste pelos rumos que tomou o menino calado e arredo. “Como somos impotentes”, dizia. Dentre todas as coisas que ela contou, destaco o sentimento por trás da frase “ele era uma pessoa que gritava por ajuda”, desde a adolescência numa escola pública de São Gonçalo, região metropolitana do Rio.

“Tô de coração partido. É muito doloroso perceber o quanto nós, professores, detectamos desde cedo alguns problemas, mas podemos fazer tão pouco. Ele era muito introvertido, não gostava de ir pro recreio, ficava sempre dentro da sala”

---

<sup>3</sup> No ano seguinte, o governador Wilson Witzel foi afastado pelo Superior Tribunal de Justiça por denúncias de corrupção e acabou sofrendo impeachment em processo concluído em abril de 2021.

20 anos tinha Willian no momento em que curvou o corpo colado à porta do ônibus, atingido por uma sequência de disparos de todo tipo. Mataram um homem várias vezes na avenida, renegado desde o princípio por cada aplauso, cada eco de discurso, cada estilhaço de palavra que comemora com gritos de euforia o horror.

Ainda não consegui digerir. Porque eu sei que ele não era uma pessoa ruim. Infelizmente o que aconteceu com ele poderia ter sido evitado se ele tivesse recebido toda a ajuda que o ser humano precisa pra encontrar o equilíbrio e aguentar as pressões da vida”, finalizou a professora, num desses dias em que o peso do mundo inteiro desaba nas minhas costas suadas de jornalista.

Quantos Williams ainda ocuparão o noticiário de todos os rincões do país para merecer a atenção do poder público e da sociedade antes da tragédia anunciada? O drama vivido por jornalistas como Amanda se assemelha ao de profissionais de saúde que trabalham em centros de tratamento intensivo. Em um lugar em que mais se perde do que se ganha, é preciso desenvolver uma defesa que permita voltar para casa e retornar ao trabalho no dia seguinte após um plantão estressante, sobretudo em tempos de pandemia. Essa armadura, porém, não pode abrir mão da sensibilidade, a qual todo profissional de saúde, seja médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, fisioterapeuta, dentista, nutricionista, psicólogo e motorista de ambulância, deve preservar, sob pena de perder a capacidade de se indignar. Paradoxalmente é esta indignação permanente que alimenta o sentimento de lutar em defesa da vida. O mesmo comportamento deve ter o repórter e o produtor de matérias policiais. Vale incluir também o repórter fotográfico, o cinematográfico, o editor e o editor de imagens. Há momentos em que o *close* de seis segundos da mulher chorando a perda do filho vira invasão de privacidade.

A pandemia do novo coronavírus acentuou a tentativa de “naturalizar” a morte de vítimas da Covid 19. Nas telas da TV, no rádio, portais de notícias e nas chamadas dos jornais aparecem como números frios, contabilizados e comparados com o quadro verificado na véspera ou na semana anterior. A estatística é uma ciência fundamental para que as autoridades de saúde pública acompanhem a evolução da doença na população, de acordo com as regiões e faixas etárias, mas a forma como os resultados são recebidos e repetidos à exaustão contribui para desenvolver certa rotina mórbida, que só é abalada quando entre as vítimas estão pessoas da família ou celebridades ou quando se põe no ar a história de uma perda. É como se leitores, ouvintes, telespectadores e internautas criassem uma espécie de capa simbólica para se proteger do desgaste mental e da depressão.

Na peça *Édipo Rei*, de Sófocles, o monarca desabafa sobre a responsabilidade que recai sobre a autoridade máxima de Tebas, Grécia Antiga, diante do sacrifício de seu povo e as decisões a tomar.

Ó meus filhos, tão dignos de piedade! Eu sei, sei muito bem o que viestes pedir-me. Não desconheço vossos sofrimentos; mas na verdade, de todos nós, quem mais se aflige sou eu. Cada um de vós tem a sua queixa; mas eu padeço as dores de toda a cidade, e as minhas próprias. Vossa súplica não me encontra descuidado; sabe

que tenho já derramado abundantes lágrimas, e que meu espírito inquieto já tem procurado remédio que nos salve. E a única providência que consegui encontrar, ao cabo de longo esforço, eu a executei imediatamente. Creonte, meu cunhado, filho de Meneceu, foi por mim enviado ao templo de Apolo, para consultar o oráculo sobre o que nos cumpre fazer para salvar a cidade (SÓFOCLES).

A preocupação de Édipo com o destino dos cidadãos de Tebas se contrasta com o negacionismo de alguns chefes de Estado dos tempos atuais. Eles se recusam a encarar de frente a gravidade da pandemia para a população e insistem em propagandear medicamentos milagrosos. Para estes “monarcas”, a economia está em primeiro lugar na linha de prioridades da administração pública.

O presidente Jair Bolsonaro faz parte do clã de chefes de Estado negacionistas. Em suas declarações públicas e nas mídias sociais, ele desqualifica a importância de medidas restritivas de circulação, receita medicamentos sem indicação e chega a zombar do quadro agudo de falta de ar de pacientes terminais que aguardam leitos de UTI.<sup>4</sup>

No livro *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal*, Hanna Arendt cita a conversa em Berlim, entre o oficial alemão Reinhard Heydrich, um dos artífices do Holocausto, com Adolf Eichmann, repassando a orientação de Herman Goering – segundo na hierarquia do 3º Reich – para o extermínio da população judaica, em junho de 1941. Surge então o eufemismo “solução final”. Nas palavras de Eichmann, relatadas durante o julgamento em Israel,

O Fuhrer ordenou que os judeus sejam exterminados fisicamente. Depois disso, muito contra os seus hábitos, ficou silencioso por longo tempo, como se quisesse experimentar o impacto de suas palavras. Ainda hoje me lembro. No primeiro momento, não consegui captar o sentido do que ele dissera, porque ele foi muito cuidadoso na escolha das palavras. Depois entendi e não disse nada porque não havia mais nada a dizer. Porque eu nunca havia pensado numa coisa dessas, numa solução por meio da violência (Arendt 1963, p. 98-99).

E prossegue o relato da conversa entre os dois executivos nazistas sobre as providências operacionais da “solução final”.

Eichmann, vá e procure Globocnik (um dos comandantes superiores da SS e da polícia de Himmler no governo geral) em Lublin. O Reichfuhrer (Himmler) já passou para ele as ordens necessárias. Dê uma olhada no que ele fez nesse interim. Acho que ele usa as trincheiras dos tanques russos para a eliminação dos judeus. (idem, p. 99).

Na visão de Arendt, todo o empreendimento do extermínio de judeus, ciganos e eslavos, na esfera étnica, mas também de comunistas e anarquistas, na esfera

---

<sup>4</sup> <https://noticias.uol.com.br/videos/2021/03/19/bolsonaro-imita-pessoa-com-falta-de-ar-para-criticar-medidas-de-mandetta-quando-era-ministro.htm>

ideológica, ficou sob a autoridade direta não de órgãos policiais, mas do escritório central para economia e administração da SS.<sup>5</sup>

O filósofo camaronês Achille Mbembe desenvolveu o conceito de necropolítica com base na biopolítica foucaultiana. Ele faz uma reflexão sobre a relação entre biopoder, crise sanitária, racismo e poderios bélico e financeiro para mostrar de que forma determinadas comunidades estão ameaçadas de morte.

O biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “fascismo” (Mbembe 2018, p. 17).

De acordo com o filósofo camaronês, citando Hanna Arendt, a raça foi um dos fatores determinantes das políticas do Ocidente para impor a dominação, estabelecendo o conceito (melhor seria dizer preconceito) de superioridade de certas raças, o que justificaria desumanidade sobre povos vistos como inferiores. Esse divisor acaba por estabelecer que há vidas que valeriam mais do que outras.

Mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou a dominação a ser exercida sobre eles. (Idem, ibidem, 2018, p. 18).

O autor de *Necropolítica* associa o conceito de biopoder de Foucault ao estado de exceção e ao estado de sítio, que justificariam o direito de matar. Observa que as razões englobariam argumentos como exceção, emergência e o estabelecimento ficcional de um inimigo e acrescenta que este poder não necessariamente é exercido pelo comando central, mas por meio de comandos paralelos.

Pode-se acrescentar: qualquer semelhança com as milícias do Rio de Janeiro não é mera coincidência. Para elas, a justificativa seria a ausência de um Estado forte.

Mbembe recorre a Foucault para afirmar que no mundo moderno o 3º Reich teria sido o exemplo mais completo de Estado que se sente no direito soberano de matar, ao eleger inimigos públicos, organizar a guerra e enviar seus cidadãos ao *front*.

---

<sup>5</sup> Depois de raptado em 1960 pelo serviço secreto israelense Mossad na Argentina, onde vivia com a família sob o nome de Ricardo Klement, Adolf Eichmann foi julgado culpado pela deportação de milhares de judeus para campos de extermínio e condenado a morte por enforcamento em Jerusalém. Foi executado em 31 de maio de 1962. Durante o tempo do julgamento, escreveu suas memórias alegando inocência. <https://www.dw.com/pt-br/1961-julgamento-de-adolf-eichmann/a-785685>

O Estado nazi é visto como aquele que abriu caminho para uma tremenda consolidação do direito de matar, que culminou no projeto da ‘solução final’. Ao fazê-lo, tornou-se o arquétipo de uma formação de poder que combinava as características de Estado racista, Estado assassino e Estado suicidário. (idem, ibidem, p. 19).

A revista digital Educação traz um bom debate sobre o tema necropolítica em tempos de pandemia.<sup>6</sup>

A História do Brasil registra pelo menos um momento de crise sanitária em que a preservação da vida beneficiou os mais humildes. Foi na epidemia de varíola entre 1818 e 1820. Segundo o historiador João Victor Pires, autor do livro *Classificados da corte, o cotidiano do Rio de Janeiro joanino a partir dos anúncios de jornal* (Amazon, 2021), os proprietários optaram por vacinar primeiro os escravizados para evitar prejuízos com o óbito. Os negros trazidos da África eram vistos como mercadoria preciosa, que precisava ser preservada.<sup>7</sup>

Vale lembrar que os escravizados foram a primeira “mercadoria” a merecer contratos de companhias inglesas de seguro, muito antes dos seguros de vida oferecidos aos homens livres. O capital em primeiro lugar, a vida depois.

## A GRIPE QUE NÃO VEIO DA ESPANHA

A imprensa sempre esteve sujeita à censura desde os tempos dos estados modernos na Europa. Os trovadores que percorriam as aldeias na Idade Média para narrar os feitos dos reis e senhores feudais eram acompanhados a distância. Nas nações em que tinha poder, a Contra-reforma restringia o acesso a livros que pusessem em xeque os dogmas da Igreja católica e o Tribunal do Santo Ofício arrancava confissões sob tortura e testemunhos mantidos no anonimato. A morte dos hereges na fogueira era interpretada como purificação da alma.

Em tempos de crise, como guerra e pandemia, os estados reforçam o controle sobre a imprensa, em nome da segurança nacional. As doenças devastadoras costumam ser atribuídas ao inimigo impiedoso, que precisa ser demonizado para justificar a ofensiva bélica. Não foi diferente na 1ª Guerra Mundial (1914-1918), que inaugurou o que se chama conflito moderno, com a incorporação de uma série de armamentos devastadores propiciados pela tecnologia. Lança-chamas mataram soldados em trincheiras, metralhadoras disparavam 600 tiros por minuto, aviões e zepelins descarregavam bombas contra populações civis e as armas químicas ainda não haviam sido proibidas pela Convenção de Genebra. A morte cresce em proporção geométrica. Em quatro anos de guerra, estima-se que tenham morrido de 20 a 30 milhões de seres humanos, entre militares e civis.

---

<sup>6</sup> <https://www.racismoambiental.net.br/2020/05/19/um-debate-com-mbembe-e-a-tese-de-necropolitica-em-tempos-de-pandemia/>

<sup>7</sup> *Classificados* mostram a guerra da vacina no Brasil Colônia, O Globo, Segundo Caderno, pag 4, 243/5/2021, repórter Gian Amato (Lisboa)



Diante desse quadro era fácil compreender que as nações envolvidas no conflito tentassem atribuir a origem da gripe devastadora ao adversário. Como a Espanha se manteve neutra na guerra, a imprensa teve liberdade para noticiar a multiplicação dos casos fatais, fazendo com que a pandemia adquirisse a alcunha de “gripe espanhola”. O mensageiro da morte tornou-se algoz.

No livro *A bailarina da morte*, Lilia Schwartz e Heloisa Starling traçam um painel detalhado dos efeitos devastadores e mostram como a pandemia, que atingiu um quinto da população mundial, chegou ao Brasil.

No mês de outubro de 1918, a gripe desembarcou em São Paulo, vinda do Rio de Janeiro ou de passageiros desembarcados no porto de Santos – e mais de 5 mil paulistanos morreram até o final de dezembro. Os jornalistas deixaram a incredulidade de lado e puseram-se a informar aos leitores que os casos estavam avançando depressa demais na cidade, e que se tratava de uma pandemia, ou seja, um tipo de epidemia sem controle e com expansão mundial. Chamava-se ‘Influenza Espanhola’, avisou o jornal (Schwartz e Starling 2020, p. 13).

Um século depois, nova pandemia atinge o mundo e a guerra de versões se repete. Chefes de Estado, como o estadunidense Donald Trump, passam a chamar a Covid 19 de “vírus chinês”, porque a primeira cidade a identificar e isolar o coronavírus foi Wuhan, uma capital de província de 8,5 milhões de habitantes localizada no centro da China. Outros presidentes, como Bolsonaro, embarcam na onda e repetem a provocação. Em vez de buscar soluções imediatas para reduzir os efeitos do vírus devastador, busca-se incriminar o outro para desviar a atenção. Parodiando a histórica frase “Na guerra a primeira vítima é a verdade”, pode-se dizer também que na pandemia a primeira vítima é a verdade.<sup>8</sup>

## FIM DO NOVELO

A maioria das religiões compreende a morte como rito de passagem, uma transição. Os cristãos a entendem como o caminho do céu, os espíritas creem na reencarnação. Portanto a morte é vista como passageira, mas isso não significa que se deixe de lado o sentimento de perda. Nesse sentido, diz o poeta, seria o fim do novelo, como se a vida fosse um permanente desfiar.

Algumas sociedades tradicionais na América Latina entendem a morte, não como algo triste, mas como a passagem para uma vida melhor e mais alegre. No México, o Dia dos Mortos – 2 de novembro – é motivo para festas populares. A população vai ao cemitério homenagear os parentes que se foram e leva a comida preferida deles. A personagem Santa Muerte é reverenciada por comunidades populares, consequência do sincretismo religioso que mescla crenças católicas e indígenas. “Nosso culto à

---

<sup>8</sup> A frase original é a atribuída simultaneamente a três personagens: o dramaturgo grego Ésquilo, o escritor inglês Samuel Johnson e o ex-chanceler britânico Philip Snowden.

morte é um culto à vida”, explica o escritor mexicano Octavio Paz, Prêmio Nobel de Literatura.<sup>9</sup> Para estas comunidades mestiças, a verdadeira morte não ocorre com o óbito, mas pelo esquecimento. Portanto, a memória de parentes e amigos seria uma forma de prolongar a vida.

A tradição religiosa dos índios Sanomas – subetnia dos Yanomamis –, em Roraima, na fronteira com a Venezuela, também obedece ao princípio da relação dialética entre memória e esquecimento. Eles jamais podem ser sepultados, mas sim cremados, após longo ritual na aldeia em que os nomes e objetos pessoais do morto são anulados da memória social. Durante a pandemia do novo coronavírus, crianças sanomas com pneumonia foram levadas para um hospital de atendimento a indígenas em Boavista, morreram – provavelmente vítimas da Covid 19 – e os corpos foram enterrados para evitar contaminação. A decisão das autoridades sanitárias em Roraima revoltou as mães das crianças.<sup>10</sup>

A História mostra que pessoas morrem e depois ressuscitam como heróis. Não falo de Jesus de Nazaré, nem de qualquer líder religioso, mas de figuras que realizam feitos contrários ao poder vigente na época e que, após algumas décadas ou até séculos, ressurgem como heróis. Mais do que punição, a execução ganha contornos de martírio, como a crucificação de judeus rebeldes ao Império Romano no século 1 d.c. Dezesesseis séculos depois, pouca coisa havia mudado. Em 1757, o parricida Robert François Damiens foi levado a uma praça pública em Paris, onde teve os mamilos, as coxas e os braços arrancados, a mão direita que cometeu o assassinato a faca queimada com enxofre e o corpo esquartejado e depois transformado em cinzas, como descreve Foucault na abertura do livro *Vigiar e Punir*.

Para citar outros três exemplos, o filósofo italiano Giordano Bruno, morto na fogueira pela Inquisição em 1600 por preconizar o cosmo infinito, o líder de origem inca Túpac Amaru, esquartejado em 1780 no Peru pela Coroa Espanhola, e Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, enforcado e esquartejado pela Coroa portuguesa em 1792 por defender a independência do Brasil.<sup>11</sup>

Os “dogmas” seguidos pela imprensa ocidental, sobretudo as agências internacionais de notícias, tendem a valorizar muito mais a morte de pessoas brancas do Hemisfério Norte do que negros e mestiços do Hemisfério Sul. O jornalista irlandês Alexander Cockburn publicou em 1976 o livro *Stop he presses: I want to get off (Parem a máquinas, eu quero saltar)*, em que cria uma escala fictícia de valores para registros de óbitos. Apesar da fina ironia de Cockburn, o critério não estaria muito longe do real. O texto foi traduzido em 1982 pelo jornalista Argemiro Ferreira e consta no livro *Informação e Dominação: a dependência informativa do Terceiro Mundo e o papel do jornalista*

---

<sup>9</sup> [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/01/sociedad/1414853802\\_175512.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/01/sociedad/1414853802_175512.html)

<sup>10</sup> <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-24/maes-yanomami-imploram-pelos-corpos-de-seus-bebes.html>

<sup>11</sup> No caso de Tiradentes, o ressurgimento como herói demorou 90 anos. Foi o líder negro abolicionista e republicano que resgatou a história do alferes da Polícia Militar de Minas e reconstituiu sua figura com a aparência de Jesus.

*brasileiro*, editado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro.

Os editores devem se lembrar que há extensas partes do mundo nas quais as pessoas não existem a não ser em grupos de mais de 50 mil. Antes de chegar a tais hordas, comecemos por cima. A morte de um americano famoso pode sempre ser registrada, ainda que tenha ocorrido nas circunstâncias menos relevantes. Se o americano for um ilustre desconhecido, é preciso que morram pelo menos dois ou três (ou apenas um, desde que em circunstâncias bem singulares) para que mereça alguma atenção. No caso dos negros, o número tem de ser muito maior. Na categoria seguinte, vêm os europeus do norte. Conte dez deles para cada americano. Depois, temos os europeus do sul (italianos, espanhóis, portugueses, gregos). Conte uns 30 deles para cada americano. Depois, os turcos, persas e latino-americanos. Conte uns cem destes para cada americano. Alguns perfeccionistas incluiriam também os africanos do norte nessa categoria. Em seguida, vêm os asiáticos do sudeste. Duzentos e trezentos para cada americano. Alguns também colocariam aqui os indonésios. Mas, nesse caso, suponha que a contagem deva se elevar a uns mil por americano, já que 800 mil indonésios foram massacrados no golpe de 1965 sem maior repercussão. Nessa altura, chegamos aos limites em números e passamos à categoria seguinte – a das hordas incalculáveis. São os indianos, africanos e chineses. Em relação a eles, já não se concebe qualquer número. As pessoas somente começam a se interessar se falarmos em 50 mil a 100 mil mortos. Especialistas calculam que somente uns 50 mil indianos seriam capazes de igualar, em termos de notícia, ao total de 10 americanos. (Cockburn apud Ferreira 1982, p. 10)

Até mesmo o movimento Black Lives Matter (Vidas Negras Importam), impulsionado pelo assassinato do agente de segurança desempregado George Floyd por policiais do Texas, se enquadra nesta proporção macabra. A violência contra cidadãos negros nos Estados Unidos desperta revolta e ganha espaço no noticiário internacional, sobretudo quando registrada em imagens, mas atos semelhantes praticados na África do Sul durante o regime do *apartheid* só conquistavam manchetes quando eram realizados em massa.

A seleção das palavras adquire importância vital na narração jornalística. O universo vocabular da língua portuguesa constitui um leque quase infindável de expressões, em princípio vazias de sentido. Ganham peso, lugar social, de acordo com a apropriação que os sujeitos fazem delas. Remetem a um conceito, situado historicamente no tempo e no espaço. “Dizer é diferente de afirmar, argumentar não é o mesmo que alegar, matar nem sempre é assassinar.” (ABREU 2000, p. 150)

Os verbos que expressam a ideia de morte indicam a posição política da fonte, que pode ou não ser encampada pelo narrador. Assim, em uma operação militar de guerra ou conflito de menor proporção, o porta-voz das forças militares usará o eufemismo “neutralizar” quanto ao destino dos adversários. Não se sabe se morreram, foram feridos ou simplesmente presos. O que se sabe é que a operação será vendida como bem-sucedida. Durante a luta armada na América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, militantes de esquerda optavam pelo verbo “justiçar” nos comunicados quando

matavam colaboradores e instrutores de tortura. A morte apresenta várias narrativas. A escolha do verbo vai depender do lugar de fala.

No âmbito da cultura, é curioso pensar que a tradicional da malhação do Judas baseia-se na ideia de linchamento. Alguém que cometeu o erro grave de delação de um religioso misturou-se aos rituais católicos na Península Ibérica, antes amigo, como Judas Iscariotes, e merece ser linchado a cada Sábado de Aleluia, enquanto Jesus pregou o perdão na cruz do martírio.

O costume teria como origem ritos pagãos praticados por agricultores na Europa que queimavam um boneco após a colheita para que o fogo purificasse e fizesse brotar a próxima lavoura. O sincretismo de chegar ao Brasil pelas mãos dos portugueses.

Com o tempo a tradição voltou-se para personagens regionais e locais que angariaram a antipatia popular, mas o princípio de aplicação da pena de morte sem julgamento prévio permanece imanente no inconsciente coletivo.

## GENOCÍDIOS NA MODERNIDADE

Através da História, o discurso do ódio racial consubstanciou-se como um dos principais pretextos para justificar agressões em massa de povos minoritários que convivem com outros majoritários no mesmo território. Em geral, razões econômicas e/ou religiosas estão por detrás da violência contra o outro, mas o ódio intensifica e reverbera a violência. Exemplos de massacre, ambos no século XX, são aqui lembrados para mostrar que a barbárie persiste em meio ao que se imagina ser a nossa “civilização moderna e humanista”.

Em 1915, durante a 1ª Guerra Mundial, o Império Otomano em declínio invadiu o território do que é considerado hoje pelos turcos a Armênia Ocidental e matou algo em torno de 1 milhão de cidadãos armênios, no que ficou conhecido como o massacre de Ararat. A violência provocou o êxodo de milhares de refugiados que buscaram abrigo na Síria, no Líbano e até mesmo em países do outro lado do Atlântico, como Brasil e Estados Unidos. O episódio é negado até hoje pelo Governo turco, sob a alegação de que o número de vítimas foi superestimado pelos armênios.<sup>12</sup>

Em Ruanda, pequeno país na África Oriental, com 10 milhões de habitantes, as desavenças entre as etnias hutu (de origem bantu) e 90% majoritária, e a minoria tutsi, católica), desencadearam em 1994 um massacre que causou a morte em três meses de 800 mil pessoas, entre tutsis e hutus moderados. Incentivadas pela Rádio des Milles Collines – que chegava a anunciar o nome de quem deveria morrer – milícias hutu atacaram igrejas, escolas, clubes e residências, matando com facões os adversários, comparando-os a baratas. O pretexto foi a morte dos presidentes de Ruanda, Juvenal Habyarimana, e do Burundi, Cyprien Ntaryamira, ambos hutus, na queda de um avião

---

<sup>12</sup> O nome é uma referência ao Monte de Ararat, em torno do qual se deu o massacre. Hoje a Armênia é um país livre, mas parte do território original segue pertencendo à Turquia.  
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2504200513.htm>

atribuída à Frente Patriótica Ruandense (RPF), comandada por rebeldes tutsi. As forças de paz da ONU abandonaram o país após a morte de 10 soldados belgas.

Os sobreviventes tutsi fugiram para a vizinha República Democrática do Congo (antigo Zaire), buscaram apoio armado do Exército de Uganda e retomaram o comando do país, com a aprovação do Ocidente e da mídia internacional. Aí foi a vez de os hutu serem igualmente massacrados.

Em artigo na **Folha de S. Paulo**, o historiador Francisco Carlos Teixeira, professor de História Contemporânea da UFRJ, analisa as especificidades do episódio:

Em Ruanda, ao contrário do Terceiro Reich, não havia um poder totalitário, uma ideologia racial dominante e um partido transformado em arma inumana. (...) Mais de 60 anos depois do terror da "solução final", do estabelecimento do genocídio como crime de direito internacional, sancionado pela ONU, repetia-se no coração da África -naquele momento o próprio "coração das trevas"- o terror genocidário.<sup>13</sup>

No século XIX os colonizadores alemães e belgas haviam escolhido os tutsi como grupo privilegiado e lhes cederam o poder, embora a etnia correspondesse a somente 10% da população do território. Isso depois que eles se converteram à fé cristã. O quadro comprova a influência desastrosa dos europeus no processo que se convencionou chamar de “Partilha da África”.

Na mesma época, o Exército e milícias particulares norte-americanas massacravam indígenas apache, cheyenne e sioux, entre outros. O objetivo era abrir caminho para as ferrovias, repetindo o que fizeram os espanhóis com os guaranis protegidos pelos jesuítas na região das Missões, no século XVIII, na fronteira entre Brasil, Uruguai e Argentina. Não custa lembrar que tanto as milícias norte-americanas, quanto as tropas espanholas alegavam que os índios não tinham alma, uma vez que não professavam a fé cristã.

Em julho de 1995, tropas do Exército da Sérvia e Montenegro executaram a sangue frio 8.300 cidadãos bósnios, entre adolescentes, adultos e idosos muçulmanos, na região de Srebrinica, no leste da Bósnia e Herzegovina, nos balcãs. Mulheres e crianças foram expulsas da região e muitas foram vítimas de estupro, diante da omissão das forças de paz da ONU. Somente em 2004 o Tribunal Penal Internacional em Haia, na Holanda, classificou o massacre de Srebrinica como genocídio, mas dois anos depois a própria justiça internacional absolveu o governo sérvio de responsabilidade pelo crime.<sup>14</sup>

Ainda no século XX, em 1988 o mundo testemunhou o uso de armas químicas (gás mostarda e sarin) pelo governo sunita de Saddam Hussein contra a população curda no norte do Iraque, causando a morte de 100 mil pessoas em seis meses de operação.

---

<sup>13</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1007200510.htm>

[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407\\_ruanda\\_genocidio\\_ms](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407_ruanda_genocidio_ms)

<sup>14</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre\\_de\\_Srebrenica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_de_Srebrenica)

Vale lembrar que na época o principal inimigo do Ocidente era o governo xiita do Irã, adversário de Hussein. Não foi à toa que na execução do líder iraquiano, em dezembro de 2006, fossem escolhidos carrascos curdos.<sup>15</sup>

## JORNALISTAS COMO ALVO

Uma das atividades profissionais sujeitas a ficar na mira dos criminosos e desafetos é o jornalismo, pelas características ligadas à investigação, denúncia de irregularidades, visita a comunidades, regiões e países conflagrados, tarefas realizadas quase sempre sem qualquer retaguarda de segurança. Jornalistas não são policiais, embora muitas vezes os rituais de apuração dos fatos e circunstâncias apresentem certas semelhanças. Talvez seja esta uma das razões de os filmes de ação explorarem tanto personagens inspirados em cobertura jornalística.

Um relatório da organização não governamental Repórter sem Fronteiras (RSF) informa que, em 2020, 50 jornalistas tiveram morte violenta no exercício profissional, número 14% menor aos 60 mortos do ano anterior. A ong destaca que 68% dos casos ocorreram em países como México (8 homicídios), Índia (4), Paquistão (4), Honduras (3) e Filipinas (3), considerados oficialmente regimes democráticos.

No Brasil, crimes desta natureza costumam ocorrer com jornalistas e blogueiros que exercem atividade na periferia dos grandes centros ou no interior do país, onde a presença de grupos de poder paralelos e milicianos tende a ser mais facilmente tolerado pelas autoridades policiais e judiciárias.

Vale lembrar que o primeiro assassinato de jornalista registrado no Brasil aconteceu em 1830, com Giovanni Libero Badaró em São Paulo. Articulista do jornal Observatório Constitucional e crítico voraz do monarca absolutista Pedro I, Badaró foi morto a tiros de bacamarte quando voltava para casa. No ano seguinte, o imperador abdicou da coroa.

## HISTÓRIAS SUSPENSAS

De todos os tipos de morte – violenta ou natural – a que mais merece silêncio por parte dos meios de comunicação é, sem dúvida, o suicídio. Há exceções, quando se trata de celebridades. O caso mais marcante de suicídio registrado no Brasil é o tiro no peito desferido pelo presidente Getúlio Vargas na madrugada de 24 de agosto de 1954 em seus aposentos no Palácio do Catete, em meio a uma grave crise política que exigia seu afastamento. “O tiro que mudou a História”, sustentam alguns historiadores pela comoção que se apossou do país, adiando por 10 anos o golpe militar que se desenhava em meados de 1954. Antes dele também Alberto Santos Dumont – nosso inventor do 14 Bis – decidira pôr fim à vida em 23 de julho de 1932, enforcando-se num hotel em

---

<sup>15</sup> [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2006/12/061229\\_saddamanfal](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2006/12/061229_saddamanfal)

Guarujá, no litoral paulista, após anos sucessivos de depressão. A primeira versão dos médicos para a causa mortis, porém, falava em infarto.

Claro que os dois episódios mereceram destaque na imprensa pela relevância dos personagens. Há exceções também para casos de pessoas que escolhem uma forma espetacular ou inédita para pôr fim à vida – por exemplo, o primeiro suicídio na Ponte Rio-Niterói, em 1974 – ou aqueles que têm conotação político-religiosa, como os monges budistas que se imolavam em público para protestar contra a Guerra do Vietnam, assim como o estudante Jan Palach, em 1967, em protesto contra a invasão da Tchecoslováquia por tropas do Pacto de Varsóvia, durante a Primavera de Praga. Existem ainda os suicídios forjados, como o do poeta inconfidente Cláudio Manuel da Costa, na prisão de Vila Rica – hoje Casa dos Contos de Ouro Preto – o do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, no DOI-CODI do 2º Exército em São Paulo, em outubro de 1975 e em janeiro de 1976 respectivamente. Nos três casos, o Estado acobertou o crime praticado por agentes do próprio Estado.

Também entrou para a história a greve de fome dos militantes do IRA (Exército Republicano Irlandês), em 1979. Cumprindo pena numa penitenciária em Londres, eles reivindicavam o status de presos políticos, contrariando decisão da primeira-ministra Margaret Thatcher. A primeira morte, de Bob Sands, ganhou destaque na imprensa internacional. A segunda mereceu um registro, assim como a terceira e a quarta. A partir daí os óbitos causados pela greve de fome se tornaram rotina e caíram no anonimato. Na 13ª morte, o IRA suspendeu o protesto porque não mais comovia a opinião pública.

Nas últimas décadas diversas celebridades do meio artístico cometeram suicídio, com registro por parte dos meios de comunicação. A atriz Marilyn Monroe, os atores Robin Williams, Walmor Chagas e Flávio Migliaccio, o escritor Pedro Nava, o goleiro bicampeão mundial Castilho, o *rapper* Alexandre Magno Abrão, o *Chorão*, e tantos outros decidiram interromper suas vidas. Cada qual a seu modo, a seu jeito, no seu tempo. Histórias suspensas que podem influenciar fãs que sofrem angústias semelhantes. Qual deve ser o papel dos meios de comunicação em casos como estes?

Estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) mostram que anualmente 800 mil pessoas escolhem dar cabo da vida. É como se o equivalente a toda a população de Natal (RN) desaparecesse a cada ano. Entre os jovens o suicídio se apresenta como a segunda maior causa. No Brasil os últimos dados apresentados pelo Ministério da Saúde referem-se a 2016, quando 11.433 suicidaram se, registrando um crescimento de 2,3 comparado ao ano anterior. O percentual é de 9,2 casos por 100 mil habitantes, mas nas comunidades indígenas a relação salta para 15,2, dos quais 48% estão na faixa etária entre 10 e 19 anos. É difícil negar que o mundo vive uma epidemia de suicídios.

Os dados oficiais põem em xeque a ideia predominante de que a omissão do registro de suicídios pela imprensa contribui para evitar sua propagação. Os números servem sim para acentuar a importância da expansão de centros de atenção psicossocial (Caps), inclusive nas comunidades indígenas, para compreender as razões e buscar

ações preventivas coordenadas. Mas é preciso entender determinadas situações adotadas por concessionários de transporte público, como a Companhia do Metrô do Rio de Janeiro, que silencia e prefere falar em “problemas técnicos na linha” quando ocorre uma tentativa de suicídio nos trilhos eletrificados. Talvez a facilidade da ação e a dificuldade em contê-la justifiquem o silêncio dos operadores de transporte. O assunto exige um amplo debate entre profissionais de saúde mental e de Comunicação, com a participação das empresas jornalísticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cada 40 segundos ocorre um suicídio no planeta, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS). O Brasil registra um caso a cada dois minutos. Os dados foram apresentados em 2020 pelo psiquiatra Antonio Egídio Nardi, professor titular da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no seminário *online* “Setembro amarelo”, promovido pelo Globo. O Rio Grande do Sul, com 10,8 casos por 100 mil habitantes, lidera os registros.<sup>16</sup>

O livro *Morreu na contramão: o suicídio como notícia*, o jornalista e professor da PUC-RJ Arthur Dapieve observa que, em determinadas circunstâncias, o suicídio reveste-se de características próprias do discurso jornalístico, como o inusitado e a ruptura com a “ordem natural” das coisas. Dispensa conhecimento profundo para compreender a narrativa em sua integralidade. O ato em si se reveste do que Roland Barthes chama de *fait-divers*, ou seja, a notícia que se fecha nela mesma. Para o semiólogo francês, que morreu em 1980 em Paris num atropelamento que levantou suspeita de suicídio, “se os acontecimentos se repetem é porque eles querem significar”. (Barthes, apud Dapieve, 2007, p. 163).

O ideal seria se o discurso jornalístico pudesse convencer o leitor de que cada ato é um fato isolado, mas não seria essa uma utopia? O discurso é o que está subjacente à narrativa, que muitas vezes prefere enfatizar o inquestionável. Descrições como “foi encontrado morto”, “caiu de um prédio” ou “ingeriu medicamentos em excesso”. Uma das grandes dificuldades no tratamento jornalístico do suicídio diz respeito ao descompasso entre processo e episódio. O ato de pôr fim à vida costuma fazer parte de um lento, doloroso e geralmente silencioso processo decisório, daí a dificuldade de a medicina produzir diagnósticos preventivos. Não há sintomas, apenas sinais. O psiquiatra Ricardo Braga, especialista em terapia familiar, vê o suicídio como o lance final de uma história anterior. “Suicídio é sinal de uma doença e é multifatorial. O médico precisa aprender a ouvir o silêncio”.<sup>17</sup>

Por seu lado, o jornalismo tem dificuldade para trabalhar com o discurso do silêncio (aqui vale frisar que silêncio não é necessariamente sinônimo de omissão). A

---

<sup>16</sup> Não se sabe ao certo se o Rio Grande do Sul lidera a estatística por causa do número de casos ou pela capacidade de organizar melhor do que os demais estados o registro de óbitos.

<sup>17</sup> <https://oglobo.globo.com/sociedade/encontros-globo-discutiu-prevencao-ao-suicidio-1-24661896>



observação etnográfica limita-se à descrição de reações e comportamentos explícitos, sem conclusões precipitadas. Jornalisticamente pode-se dizer que um homem se pendurou na janela de um edifício de 10 andares, mas será mesmo possível afirmar que ele tentou o suicídio? Não estaria ele consertando a veneziana e limpando as vidraças? É preciso que exista verbalização do próprio homem ou de uma testemunha. Dentro do mais absoluto pragmatismo, a narrativa jornalística registra e relata o episódio em si, e na maior parte das vezes se cala sobre as causas.

Para Dapieve, “transplantar a morte voluntária da categoria dos *fait-divers* para a das informações políticas implica promovê-las aos enunciados que não se esgotam em si e que se relacionam com o resto da vida, numa grande narrativa, da qual todos fazemos parte”. (p. 163-164)

Hoje a sociedade intensifica a competitividade e a complexidade das relações humanas. Todos, principalmente os jovens, precisamos mostrar a nós mesmos e aos familiares que “vencemos na vida”, o que pode representar uma vitória de Pirro. Afinal, o que significa “vencer” em uma sociedade baseada na exclusão social? Reduzir a tendência ao suicídio exige a revisão de nossos conceitos de felicidade e conquista, enfatizar o coletivismo e a solidariedade, enfim lutar pelo bem comum. Os professores precisam estar preparados para lidar com esta epidemia, que atinge em cheio os estudantes.

Os meios de comunicação também são personagens essenciais nessa batalha pela vida, principalmente no momento em que o mundo enfrenta uma pandemia que amplia o quadro de depressão, seja pela perda de um ente querido, seja pelo isolamento social. Como ensina Dom José Pepe Mujica, cuja experiência de vida vai da luta como guerrilheiro tupamaro à presidência do Uruguai, em seu recado às novas gerações: “Triunfar na vida não é ganhar, triunfar é se levantar e começar de novo cada vez que se cai”.

Como observou no seminário “Setembro amarelo”, o psiquiatra Ricardo Braga, com pós-graduação na UFRJ, o suicídio é um percurso. Para evitá-lo, “é preciso aprender a escutar o silêncio”.

## REFERÊNCIAS

ABREU, J. B. As manobras da informação – análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil, Niterói: Eduff/Mauad, 2000.

ARENDR, Hanna. Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal, São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

BARTHES, R., 1981. *Fragments de um discurso amoroso*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BRUM, E., 2020. Mães Yanomami imploram pelos corpos de seus bebês. *El País* [em linha]. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-24/maes-yanomami-imploram-pelos-corpos-de-seus-bebes.html>

DAPIEVE, A., 2007. *Morreu na contramão: o suicídio como notícia*. Rio de Janeiro: Zahar.

FERREIRA, A., 1982. *Informação e dominação: a dependência informativa do Terceiro Mundo e o papel do jornalista brasileiro*. Rio de Janeiro: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro.

FOUCAULT, M., 1987. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.

MBEMBE, A., 2018. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018. Disponível em: <http://acismoambiental.net.br/2020/05/19/um-debate-com-mbembe-e-a-tese-de-necropolitica-em-tempos-de-pandemia/>

PRADO, A., 2019. *Mensagem postada em WhatsApp em 20 de agosto de 2019, às 17h*.

SCHWARTZ, L. e STARLING, H., 2020. *A bailarina do norte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo, Companhia das letras.

SÓFOCLES. *Edipo Rei, peça teatral da Grécia Antiga*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000024.pdf>

## APÊNDICE A – ORIENTAÇÕES DE COBERTURA JORNALÍSTICA

Lecionei no curso de Jornalismo durante 39 anos no Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Comecei com 26 anos e pendurei a caneta e o quadro branco aos 65 anos. Nos últimos 10 anos, uma das minhas disciplinas era Planejamento Editorial, do sexto período, que mesclava conceitos e técnicas de edição jornalística nas mais variadas plataformas.

Como trabalhei como repórter de geral em quatro jornais diários (*Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* – sucursal carioca), diversas vezes foi obrigado a cobrir episódios que envolviam mortes violentas, sem qualquer preparação acadêmica para tanto. Devo dizer, eu e todos os jovens repórteres de minha geração.

A cobertura mais chocante de que participei foi o incêndio do edifício Andorinhas, na Avenida Almirante Barroso, no centro do Rio, em 17 de fevereiro de 1986, com 21 mortes e 50 feridos. No prédio funcionava uma agência do então INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) e aquele era o dia do pagamento de aposentados e pensionistas. Repórter do *Globo*, fui um dos primeiros a chegar e acompanhei a retirada das vítimas por helicóptero no telhado do prédio em frente. Mal conseguia anotar o número de pessoas queimadas que embarcavam na aeronave. À noite fui acometido de uma reação alérgica, de fundo psicológico, que se prolongou até o dia seguinte.

Assim, decidi na UFF reservar uma aula de Planejamento Editorial para fazer uma reflexão sobre a morte, mais detalhadamente, a morte editorializada, aquela que sai no jornal, ao contrário da letra de Haroldo Barbosa e Luiz Reis, “a dor da gente não sai no jornal”. Foi esta reflexão que inspirou o artigo.

Abaixo algumas recomendações extraídas das aulas sobre a morte editorializada.

- 1) Evite usar eufemismos para tentar atenuar as narrativas de morte. Coisas do tipo “partiu desta para melhor”, “foi descansar”, “fez a passagem”, “viajou para o céu”, a menos que se trate de uma crônica de perfil pessoal do autor. O verbo “falecer” vale para registros fúnebres ou mortes naturais;
- 2) Evite jargões médicos, como “êxito letal”, que fazem parte do universo restrito de profissionais da área de saúde.
- 3) Tenha o cuidado de divulgar somente as mortes confirmadas, de preferência por fontes oficiais. Enquanto não houver confirmação, é melhor usar “desaparecidos”.
- 4) Utilize a expressão “pelo menos” no caso de acidentes, incêndios, naufrágios em que não se sabe ao certo o número de mortos. Ex: “Pelo menos três pessoas morreram e 20 estavam desaparecidas, em consequência do naufrágio de um barco de passageiros no Rio Negro”.
- 5) A expressão “vítima fatal” é um erro semântico, porque fatal significa “que mata”. Pode-se dizer acidente fatal ou colisão fatal.

6) Não divulgue sem checar antes informações de fontes oficiais em operações policiais que dizem que “os suspeitos” mortos tinham registros em delegacia ou penas a cumprir. Verifique antes a natureza do delito atribuído ao “suspeito”.

7) Nunca recorra a advérbios de intensidade como “somente” ou “apenas” no caso de mortes, mesmo que o número de óbitos seja inferior ao que se poderia supor. Ex: Se um transatlântico for atingido por um Boeing na Baía de Guanabara e uma pessoa morrer, o texto jornalístico não deverá começar com “Apenas uma pessoa morreu...”

8) Evite divulgar acidentes fatais em que se desconhece a identidade das vítimas, para não causar comoção desnecessária. É melhor esperar até que a apuração traga detalhes. Ex: “Um estudante com uniforme de escola pública acaba de ser atropelado na Avenida Amaral Peixoto, em Niterói”.

9) Lembre-se de que o anúncio de mortes não confirmadas é uma das razões mais frequentes de “barrigas” no jornalismo. Por isso, precisam ser confirmadas por fontes oficiais ou parentes próximos. Cuidado com os grupos de *whatsapp* e as ligações telefônicas de pessoas desconhecidas.

10) Não explore em demasia o *close* ou *bigclose* em depoimentos de pessoas que perderam entes queridos recentemente. Pode ser visto como invasão de privacidade.